

Sobre a imaturidade da greve

Dom Lourenço de Almeida Prado *

Bem colocado e bem avaliado o problema da greve dos professores das escolas particulares no editorial Greve Imatura (JB, 29/04). Não há dúvida de que a greve é imatura, isto é, que não é a conclusão de uma reflexão amadurecida. Se há razões para greve (o baixo salário dos professores), se pudesse ser legítima, em princípio, greve de professores de crianças, é certo que não era o momento, nem há expectativa de que venha a ser uma greve "de resultado".

Aliás, o observador de olhos abertos e com vontade de enxergar já deve ter percebido que a má situação dos professores, em 1990, decorre, em grande parte, dessa enfiada de greves que vem ocorrendo, há mais de 30 ou 40 anos. Em vez de criar situação para melhores salários, essa repetição de greves tem causado, de fato, um desprestígio do serviço educacional diante da sociedade, inviabilizando uma melhoria da classe educadora (se é classe). Nem governo, nem a sociedade se dispõe a gastar em educação, porque nós, em nossas recíprocas difamações, levamos a sociedade à convicção de que a educação está entregue a marginais. Ninguém se dispõe a gastar com marginais. Assim, embora a escola pública não venha oferecendo serviço confiável — e ela é dever do governo —, este governo — que nega o seu — não se julga sem direito de agredir promotores de serviço particular de educação, com uma desenvoltura que não usa em relação a bicheiros, contrabandistas e, em geral, com os criminosos de colarinho branco. O bicheiro é tratado como pessoa respeitável: preside clubes, senta-se com gente do governo nos opulentos camarotes carnavalescos. Diretor de colégio, não; esse é tratado indistintamente (é possível que haja os que o mereçam) como salafrários e opressores do povo. Essa é a grande conquista da greve: o descrédito da escola diante da sociedade.

De resto, muitos a querem precisamente para isso. Há 30 anos um líder sindical, acuado, confessara: "Somos contra a escola particular, o que queremos é inviabilizá-la."

Não é essa, porém, a observação que nos leva a comentar o editorial acima referido. Diz o editorial que a greve é imatura. Ela o é sem dúvida; os professores, contudo, não são imaturos ou, ao menos, não o são mais que os pertencentes a outras classes. Eles se comportam como imaturos por força de um falso princípio que grassa nesta nossa sociedade igualitarista e coletivista: fidelidade ao grupo, mesmo à custa do aniquilamento da pessoa diante desse grupo.

O trágico é que, por força de mecanismo autodestrutivo daí resultante, o grupo deixa de ser grupo humano, mas converte-se em massa sujeita e dominada por subgrupos. Num belo artigo, pergunta Maritain: "Serão os homens iguais?". Responde: são iguais e são diferentes. Cada pessoa tem a sua marca pessoal — um é homem, outro é mulher; um é professor, outro é aluno — e são essas diferenças que unem as pessoas, continuando cada uma ela mesma, numa recíproca complementariedade. O igualitarista, ao ignorar essas diferenças, aniquila a pessoa no altar da coletividade (exemplo disso nos deu a Romênia recentemente, de modo impressionante) e a consequência disso é o surgimento dos líderes carismáticos que instituem a tirania, para dispensar o rebanho de pensar, para pensar por ele e conduzi-lo.

Ouvi de um filólogo, certa vez, que as palavras solitário e solidário têm a mesma raiz etimológica. Não sei se

isso é verdade. Parece-me claro, contudo, que só se realiza um agrupamento *solidário* de gente, se cada um for, de certo modo, um *solitário*, isto é, um homem livre, uma pessoa humana, uma iniciativa própria e bem definida, capaz de dar ao grupo a sua contribuição inconfundível. Quando o grupo se forma à custa do aniquilamento da pessoa, já não é mais grupo humano, composto de pessoas, mas massa formada de números ou elementos.

Quando essa despersonalização ocorre, desaparece a racionalidade (surge a imaturidade) e prevalece o esperto, o usurpador, o que sabe fazer o jogo golpista, o tiranete. O professor conhece esse fenômeno na sua sala de aula. O aluno malandro ou o grupelho malandro faz a sua malandragem, bate no menor, arranca a folha do caderno do colega e não permite — em nome do *coleguismo* — que a matéria seja levada ao professor e exige que o menor leve pancada e silencie. Tem que apanhar e não pode reclamar. Em nome do *coleguismo*! Se não, é dedo duro.

Evidentemente, as comparações claudicam e exigem, por isso, ouvido sutil. A situação não é mesma, mas há analogias muito sérias. Deixando de ter a segurança solitária, deixando de ser uma pessoa livre, colocando o dever de acompanhar o grupo (ou o grupo dos ativistas) sobreposto à convicção pessoal, não se constrói um grupo realmente *solidário*, fruto da solidariedade. Constrói-se massa, gera-se tirania.

É um drama da vida moderna, não apenas do meio magisterial. A greve é uma remanescência da vida pré-civilizada, na qual a força é o argumento, o mais forte dominando o mais fraco. Prevalece a irracionalidade. Na vida civilizada o que determina as relações humanas é a lei. A lei é uma emanção da razão e sua descoberta.

Quando a nossa Constituição colocou a greve como um processo acima da lei ou sem lei, estabeleceu no conflito a base da vida social. Quem tiver mais força para coagir submete a sociedade ao seu interesse. Numa sociedade de estrutura à maneira civilizada, em que as funções se multiplicam, multiplicando as interdependências, qualquer grupo, que se dê o nome marxista de classe — lixeiro, motorista, eletricitista apelidado de eletricitário e até, *mirabile dictu*, o professor — coloca a sociedade na parede. Se houvesse lei, a greve (se ocorresse) não duraria dois dias: o juiz, com a lei, decidiria quem tinha razão. Cessaria a decisão pelo confronto de forças (que é o processo pré-civilizado).

Nessa vida pré-moderna, a lei da força não tinha a mesma significação coercitiva. Cada pessoa vivia a sua vida sem depender muito do outro. Sua água vinha do seu poço; sua comida, de sua horta ou de sua criação; seu fogo, de sua lenha; sua luz, de sua vela. Na vida moderna, sobretudo nas megalópoles, as funções se distribuem: os homens se interdependem. Se o aeroviário, ou o pessoal do gás ou da água recusa o seu serviço, toda a sociedade é posta na parede. Essa sociedade não pode mais viver em lei. A lei liberta, sua falta escraviza.

Há uma tribo indígena no centro do país (ao menos o que me consta) pequena e fraca, que tem como vizina uma tribo forte. Vive alarmada. De tempo em tempo, vai a forte, domina a fraca, leva-lhe o que conseguir: amealhar, desde a última invasão, e, ainda, as índias que, nesse tempo, chegaram à puberdade. É a vida sem lei: sem direitos.

Felizmente não chegamos a tanto. E o neobarbarismo tem feições diferentes, nem tudo é tão ignóbil, mas, com tem a responsabilidade de civilizados, há coisas que ficam, até, mais ignóbeis.